

# Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A.

CNPJ nº 09.554.480/0001-07

## Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes.

## Patrimônio Líquido e Resultado

Em 31 de dezembro de 2016 o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$17.378 milhões. O prejuízo acumulado no exercício de 2016 foi de (R\$32.073) milhões.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

Ativo	Notas	2016	2015
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	45.769	41.283
Créditos diversos	5	21.902	5.455
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>67.671</b>	<b>46.738</b>
<b>Não Circulante</b>			
Ativos Financeiros ao valor justo por meio do resultado	4	11.087	-
Créditos diversos	5	258	258
Impostos de renda e contribuição social diferidos	6	13.796	10.945
Imobilizado	7	318	283
Intangível	8	4.581	4.120
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>30.040</b>	<b>15.606</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>97.711</b>	<b>62.344</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2016

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 1. Contexto operacional

A Super Pagamentos e Administração de Meios Eletrônicos S.A. ("Companhia") é uma sociedade constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, domiciliada na Rua Amador Bueno, nº 474 - Bloco E - Santo Amaro, CEP 04752-005, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, integrante do Conglomerado Econômico-Financeiro Santander (Conglomerado Santander). Temos como principal atividade atuar como instituição de pagamento, conforme definido pela Lei nº 12.865 de 09/10/2013 e, obedecendo diretrizes do Banco Central do Brasil, incluindo, sem limitar-se a: emitir moeda eletrônica, prestar serviços de pagamentos tanto através de cartões quanto por meio de outras mídias, facilitar pagamentos em prol de terceiros, credenciar estabelecimentos para atuarem em pagamentos, bem como outras atividades permitidas para Instituições desta natureza. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutabilidade.

A Companhia iniciou suas atividades ao longo do ano de 2011 e, a partir do final de 2012, obteve homologação para emitir cartões pré-pagos da bandeira Mastercard. Por já estar atuando como instituição de pagamento antes da entrada em vigor da regulamentação emitida pelo Banco Central do Brasil a Companhia está autorizada a continuar exercendo suas atividades enquanto aguarda sua formal aprovação já protocolada junto ao regulador.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2016 foram aprovadas pela Diretoria em 18 de janeiro de 2018.

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

#### 2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis, tais como: provisões para perdas com ativos financeiros, provisões para contingências e a reavaliação do crédito tributário. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidas de forma prospectiva.

#### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

#### 2.3. Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custo e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos períodos. A receita de prestação de serviços é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o comprador.

#### 2.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Incluem as aplicações financeiras que possuem conversibilidade imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

#### 2.5. Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada e, perdas de redução ao valor recuperável, quando necessárias.

A depreciação dos bens é calculada pelo método linear. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e, ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

#### 2.6. Intangível

Os ativos intangíveis são ativados em função dos custos alocados ao seu desenvolvimento, compostos dos custos trabalhistas da equipe dedicada a tais atividades e despesas com fornecedores alocadas aos projetos. São avaliados permanentemente quanto a: Benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo que serão gerados em favor da entidade e, Segurança na mensuração no momento do reconhecimento.

A amortização dos intangíveis é realizada pelo método linear a taxa de 20% a.a., exceto quanto aos softwares cujas licenças são de prazos inferiores a 5 anos que são amortizados pelo prazo da licença.

#### 2.7. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações operacionais ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

#### 2.8. Obrigações com clientes/bandeira

Representado pelos depósitos dos clientes efetuados em suas respectivas contas identificadas e agrupadas conforme enquadramento Pessoas Físicas e Jurídicas. É composta ainda pelo saldo a repassar a Bandeira (Mastercard) por conta das compras realizadas pelos clientes, cujos valores são separados de suas respectivas contas.

#### 2.9. Custo dos serviços prestados

Tarifas cobradas por serviços prestados pelos fornecedores em função das operações realizadas pelos clientes utilizando suas infraestruturas, notadamente representados pelos pagamentos à Mastercard e Tecban.

#### 2.10. Impostos e contribuições

##### a) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$240 Mil por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as incluições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

##### b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos

Os impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados. Imposto sobre os serviços:

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, considerando a tributação da Companhia pelo Lucro Real:

- Programa de Integração Social (PIS) - 1,65%, (não cumulativo);
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 7,60% (não cumulativo);
- Imposto Sobre Serviços (ISS) - 2%;
- IR 1,5% sobre serviços P.J, conforme IN 153/87

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

##### 2.11. Provisões para perdas por impairment em ativos financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 não foram identificados ajustes.

#### 2.12. Capital Social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

#### 2.13. Ativos financeiros

##### 2.13.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

##### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis compreendem "contas a receber".

##### 2.13.2 Reconhecimento e mensuração

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas Financeiras" no período em que ocorrem.

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

### Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2016, os ativos totais atingiram R\$97.711 milhões. Deste montante, destacamos, R\$38.012 milhões que são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$11.087 milhões por aplicações em LFT, R\$19.845 milhões por adiantamentos para pagamentos por nossa conta em função de transações com clientes, notadamente Tecban, R\$13.796 por impostos diferidos (crédito tributário sobre prejuízo fiscal), R\$1.302 milhões em impostos a compensar.

Em 31 de dezembro de 2016, o passivo era composto do montante de depósitos dos clientes R\$44.390 milhões, R\$29.057 milhões de valores a repassar por conta de transações com clientes, com destaque para

### Passivo e patrimônio líquido

#### Circulante

Notas	2016	2015	
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	9	6.100	2.970
Contas a pagar		181	671
Obrigações com clientes/bandeira	10	73.447	31.603
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>79.728</b>	<b>35.244</b>
<b>Não Circulante</b>			
Provisão para ações judiciais	11	605	365
<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>605</b>	<b>365</b>
Capital Social	13	49.451	49.451
Prejuízos acumulados		(32.073)	(22.716)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>17.378</b>	<b>26.735</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>97.711</b>	<b>62.344</b>

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

2016	2015	
Bancos conta movimento	6.474	601
Bancos conta movimento - "Liq. Tecban"	1.283	413
Aplicações financeiras	38.012	36.539
<b>45.769</b>	<b>41.283</b>	

O saldo denominado "Bancos conta movimento - Liq. Tecban", refere-se aos valores disponíveis para transferência à empresa Tecban Tecnologia Bancária para suporte aos clientes da Companhia nas operações de saques de recursos nos caixas "Banco24Horas", quando preciso.

As aplicações financeiras são compostas substancialmente por aplicações em CDBs-Certificados de Depósitos bancários com remunerações próximas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), resgatáveis a qualquer tempo, objetivando liquidez para não impactar no cumprimento das nossas obrigações.

### 4. Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

O saldo em 31 de dezembro de 2016 referente a Letras Financeiras, classificado aqui como Títulos e valores mobiliários é composto por papéis com vencimento por 2 anos, remunerada a 104 % percentual do CDI.

2016	2015	
Letras Financeiras	11.087	11.087

O valor de mercado dos títulos privados acima é apurado conforme percentuais de remuneração pactuados. Em dezembro de 2016, os títulos e valores mobiliários estavam custodiados na Selic, vencimento em março de 2018.

### 5. Créditos diversos

#### Créditos diversos - Ativo circulante

2016	2015	
Adiantamentos	19.845	4.499
Outras	913	139
Impostos a recuperar	1.144	817
<b>21.902</b>	<b>5.455</b>	

#### Créditos diversos - Ativo não circulante

2016	2015	
Depósitos judiciais	100	100
Impostos a recuperar	158	158
<b>258</b>	<b>258</b>	

**Adiantamentos:** Composto por adiantamentos realizados a prestadores de serviços para realização de transações solicitadas por clientes no contexto de suas solicitações de pagamentos ou saques, como: Tecban, IS2B e RV.

**Outros:** representado parte por valor concedido em garantia para cumprimento de convênio junto a SPTans para recarga de bilhete único e o restante por valores a classificar oriundos de cargas de clientes.

**Impostos a recuperar:** Composto por crédito de Imposto de Renda retido sobre resgates de aplicações financeiras ocorridos ao longo do exercício de 2016 e aos pagamentos efetuados a título de Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), nos meses de 01 a 06/2012, período este em que a Companhia já se encontrava no Plano Brasil Maior (desoneração da folha de pagamento), classificados como ativo não circulante. A Companhia solicitou a restituição do mesmo à Secretaria da Receita Federal do Brasil, está aguardando o posicionamento e/ou restituição dos valores pagos.

### 6. Impostos de renda e contribuição social diferidos

Refere-se aos créditos tributários de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre prejuízos fiscais apurados desde 2011, conforme demonstrado a seguir:

2016	2015	
Prejuízo operacional do período/exercício	(12.205)	(10.077)
(+) Adições - despesas não dedutíveis	3.826	2.283
<b>Saldo final</b>	<b>(8.382)</b>	<b>(7.794)</b>
Alíquotas de IRPJ e CSLL	34%	34%
<b>Créditos tributários futuros - resultado</b>	<b>2.851</b>	<b>2.650</b>
Créditos tributários de exercícios anteriores	10.945	3.071
Saldo inicial dos créditos tributários	10.945	7.874
<b>Total dos créditos tributários - ativo</b>	<b>13.796</b>	<b>10.945</b>

A expectativa de realização dos referidos créditos está fundamentada em projeção de resultados futuros, com início de aproveitamento a partir de 2017, considerando a aprovação do regulador para operar como Instituição de Pagamento (Nota 19).

### 7. Imobilizado

2016	2015	
Computadores e periféricos	35	452
Móveis e Utensílios	-	281
Instalações	563	36
Outros Imobilizado	282	-
<b>880</b>	<b>769</b>	
Depreciações acumuladas	(562)	(486)
<b>Imobilizado líquido</b>	<b>318</b>	<b>283</b>

#### Resumo de movimentações

2016	2015	
Saldo inicial	283	337
Aquisições	111	60
Depreciações	(76)	(114)
<b>Saldo final</b>	<b>318</b>	<b>283</b>

### 8. Intangível

2016	2015	
Software em desenvolvimento	4.069	3.662
Software	4.652	2.775
Benefetoria em imóveis de terceiros	-	81
<b>8.721</b>	<b>6.518</b>	

#### Amortizações acumuladas

2016	2015	
Intangível líquido	(4.140)	(2.796)
<b>Resumo de movimentações</b>	<b>4.581</b>	<b>3.722</b>

2016	2015	
Saldo inicial	4.120	3.637
Aquisições	1.865	1.635
Amortizações	(1.424)	(1.152)
<b>Saldo final</b>	<b>4.581</b>	<b>4.120</b>

### 9. Obrigações trabalhistas e previdenciárias

2016	2015	
Provisão de férias e encargos sociais	4.411	829
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)	247	397
Imposto de renda Retido na Fonte (IRRF)	7	106
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	-	125
Dirigentes	-	1.369
Outros	1.435	144
<b>6.100</b>	<b>2.970</b>	

O saldo de Outros é composto substancialmente por fornecedores e impostos retidos a recolher.

### 10. Obrigações com clientes/bandeira

2016	2015	
Demais Obrigações com Clientes	44.390	19.680
Repasse Bandeira	29.057	11.923
<b>73.447</b>	<b>31.603</b>	

Referem-se, principalmente, às obrigações junto a clientes por saldos carregados nos cartões de débitos Super e ainda não utilizados e valores a repassar à operadora, referentes às operações de compras e saques. O prazo de repasse à operadora é de, usualmente, 28 dias.

### 11. Provisão para ações judiciais

A Companhia registrou provisão para demandas judiciais no valor de R\$605 em 31 de dezembro de 2016 (R\$365 em 2015), de natureza civil. Este montante, é composto, principalmente, por demandas de clientes por desacordo comercial, indenizatórias, transações pendentes, etc. Os passivos contingentes classificados como de risco de perda possível, com base na opinião dos assessores jurídicos, são, de natureza civil, montam em, aproximadamente, R\$482, imputados por clientes pelos motivos acima expostos, os quais não se encontram registrados nestas demonstrações financeiras.

### 12. Partes relacionadas

#### (a) Transações com partes relacionadas

2016	2015	
Ativo - Títulos e valores mobiliários		
Banco Santander Aplicação Financeira	37.863	36.409
Banco Santander Aplicação Letra Financeira de Longo Prazo	11.087	-
<b>48.951</b>	<b>36.409</b>	

#### (b) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

A remuneração e gratificação do pessoal-chave da administração, composto por cinco Diretores Executivos e Não Executivos, ao longo do exercício foi R\$3.837 bruto.

### 13. Patrimônio líquido

#### Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social integralizado era de R\$49.451, dividido em 40.000.000 (quarenta milhões) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, detidas exclusivamente por Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A..

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas" e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

o Repasse a Bandeira e R\$17.378 milhões de patrimônio líquido.

### Auditoria Independente

A Companhia tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, as quais preveem, inclusive, a necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco do Santander.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários  
São Paulo, 18 de janeiro de 2018.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Operações contínuas	Notas	2016	2015
Receita com prestação de serviços	14	17.977	6.912
Custos do serviço prestado	16	(7.321)	(1.940